

NÓS E A ESPANHA
SEGUNDO EDUARDO LOURENÇO

JOÃO TIAGO LIMA

I

O mais conhecido livro de Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade* (1978), começa, depois de uma epígrafe que visa outra coisa, por se referir a três ensaístas espanhóis: José Ortega y Gasset, Miguel de Unamuno e, apesar de não citada nominalmente, Dolores Franco, mulher de Julian Marias e autora de uma famosa antologia *España como preocupacion*. Tratando-se *O Labirinto da Saudade* de uma obra que tem como fim principal proceder a uma imagologia de Portugal, ou seja, «um discurso crítico sobre *as imagens* que de nós mesmos [portugueses] temos forjado» (Lourenço, 1982: 14), não deixa de espantar esta referência inicial à cultura espanhola. Ainda assim, a comparação entre os dois países faz-se aqui por contraste. Enquanto, nas palavras de Ortega, a Espanha seria um país invertebrado, ou seja, não seria um verdadeiro país, Portugal, no entender de Eduardo Lourenço, teria uma vértebra a mais: «tivemos sempre uma vértebra supranumerária, vivemos sempre acima das nossas poses» (Lourenço, 1982: 13). Daí que, ao contrário dos nossos vizinhos, não tenhamos, nós, portugueses, um problema de identidade nacional. Esta tese, exposta pela primeira vez em *O Labirinto da Saudade*, será retomada por diversas vezes em *Nós e a Europa ou as duas razões*, num gesto de revisitação do seu próprio pensamento que, a bem dizer, é bastante raro na obra de Eduardo Lourenço.

Um dos objectivos principais deste ensaio consiste em verificar de que modo na imagologia portuguesa de Eduardo Lourenço intervém a Espanha. Ou seja, trata-se não tanto de perspectivar a imagem do autor acerca da Ibéria, mas, sim,

de indagar como, no desenho que os portugueses fazem de si mesmos, a presença do país vizinho, mesmo que ou sobretudo por ser silenciada, se revela incontestável. Desde logo, porque à Espanha chama Eduardo Lourenço o nosso «*interlocutor imediato* de um viver que foi e é sempre um múltiplo diálogo, mas que nós teimamos em contemplar como *soliloquio*» (Lourenço, 1982: 23).

II

De que modos se revestiu e se reveste esse soliloquio? Eduardo Lourenço chama a atenção não só para grande parte da historiografia portuguesa – em rigor toda ela, com excepção do caso de Alexandre Herculano – que qualifica de «*robinsonadas*»: aventuras celestes de um *herói isolado* num universo previamente deserto» (Lourenço, 1982: 20), como também para a especificidade da nossa criação literária, «*toda encharcada de monólogos*, o que explica, ao mesmo tempo, a nossa antiga carência de fundo em matéria *teatral e romanesca*» (Ibidem). Esta marca da nossa cultura não é, para o nosso ensaísta, acidental. Pelo contrário, ela «*reflecte a estrutura de um comportamento nacional que a obra dos historiadores apenas generaliza e amplia*» (Ibidem). Talvez esta perspectiva de Eduardo Lourenço mereça hoje mais reparos porquanto quer na historiografia, quer na criação literária, as coisas é possível que tenham vindo a mudar. No entanto, em curiosas notas à margem deste texto de Eduardo Lourenço, João Bénard da Costa coloca-lhe algumas reservas logo em 1978, quando, acerca da historiografia portuguesa ser a tal *robinsonada*, contrapõe: «*Todas? Herculano não me parece ser a única excepção. Penso na chamada «História de Barcelos», na de O. Martins, mesmo na de Rebelo da Silva (para não falar de obras recentes, bem pouco ilustres e ilustrativas, é certo)*» (Costa, 1978: 20).

Não é esta a altura adequada para reactivar tal discussão, que Bénard da Costa estende à ideia de Eduardo Lourenço de que o nosso teatro e o nosso romance são pobres em comparação com a tradição poética portuguesa. O que aqui me interessa explorar é a ideia segundo a qual nós não fizemos da cultura espanhola, como seria de esperar, o nosso interlocutor privilegiado, preferindo por

vezes *dar um salto* até à Europa que está para lá dos Pireneus. Essa desatenção afigura-se tanto mais grave quanto, como lembrou Oliveira Martins – não por acaso autor de uma obra chamada *História da Civilização Ibérica* –, o destino português não pode ser pensado à margem do dos nossos vizinhos. E isto, sublinho eu, desde a origem da nacionalidade até Alcácer-Quibir, como desde a Restauroção até à nossa entrada simultânea na Comunidade Europeia.

III

Num texto importante, que geralmente costuma ser interpretado como uma releitura de *O Labirinto da Saudade*, «Portugal como Destino – Dramaturgia cultural portuguesa», Eduardo Lourenço evoca, a dado passo, a «*tragédia* – a única assumida como tal no tempo eufórico do destino português, nas areias marromas de Alcácer Quibir» (Lourenço, 1999: 18). Deste evento resultou, como se sabe, a anexação de Portugal por Espanha, ou seja:

Portugal deixa de se viver como actor e sujeito da sua própria história, entra no tempo do seu apagamento político próprio, unido, pelas leis do tempo e pelas relações de força, a uma Espanha, seu inimigo hereditário e daí em diante, durante sessenta anos, seu parceiro forçado. Estas vicissitudes históricas, ao contrário do que poderia pensar-se, em nada alteram o estatuto cultural e ainda menos o religioso da nação portuguesa politicamente subalternizada. O código cultural da Península tem uma estrutura comum, latina e cristã. Só as suas expressões, a diversa memória das suas línguas, apesar de tudo, próximas, as influências sofridas no contacto com as grandes culturas do Ocidente, a que a Península pertence, as fazem parecer mais distintas do que são. De resto, o intercâmbio entre elas, pelo menos até ao século XVII, é permanente, com hegemonismo castelhano em geral, mas também interesse e fascínio pela cultura lusitana, sobretudo pela sua poesia lírica. Nada disto se altera com a perda de independência política. Mas altera-se aos poucos e, por fim, duravelmente, a imagem recíproca dos dois países. A Espanha, durante o século XVII, integra, inconscientemente ou não, o património cultural lusitano no seu e Portu-

gal, consciente ou inconscientemente, reflui para si mesmo, torna-se de ilha imperial gloriosa em ilha perdida na qual espera a ressurreição do seu passado simbolicamente intacto e como que sublimado naquela obra que durante esses sessenta anos guardará intacta a memória do passado. O sebastianismo é apenas a forma popular dessa crença de uma vinda do rei vencido. O verdadeiro Sebastião é o *texto* dos *Lusiadas* que desde então – embora só o romantismo lhe confira esse estatuto – se converteu na referência icónica da cultura portuguesa.

Por motivos óbvios, *a posteriori*, os Portugueses dramatizaram a união forçada de Portugal à Espanha e a subalternização política que essa união representou e que nada tem que ver – ao menos numa primeira fase – com a *ocupação* de um país por outro em termos modernos. Tratou-se de uma monarquia dual. Mas o facto de a capital ser Madrid e Portugal deixar de ser corte era já suficiente *diminutio capitis* para um povo que era cabeça do Império e há séculos era e se sentia diferente. Tudo se passou como se Portugal tivesse ficado com um presente virtual, um passado morto, embora glorioso, e um futuro onírico. Precisamente, o fenómeno do sebastianismo encena estes três tempos sem ver entre eles nenhuma contradição (Lourenço, 1999: 18-19).

Todo o conteúdo deste trecho – de cuja extensão me penitencio – merece ser analisado cuidadosamente. Desde logo, a ideia de que, após Alcácer Quibir, Portugal deixa de ser sujeito da sua própria história. Mas, em rigor, tal facto só tem verificação exacta em termos políticos, dado que, do ponto de vista religioso e cultural, as coisas não mudaram assim tanto ao longo dos sessenta anos de domínio filipino. É possível mesmo dizer-se que não sofremos uma ocupação propriamente cultural por parte dos nossos vizinhos. Segundo Eduardo Lourenço, a dramatização deste período filipino é feita por nós, portugueses, *a posteriori*, desempenhando aí *Os Lusiadas*, convertido a partir do romantismo em obra icónica da cultura portuguesa, um papel decisivo. Doravante – isto é, a partir do que em *O Labirinto da Saudade* se designa como segundo traumatismo da cultura portuguesa – a temática da decadência tornou-se, senão obsessiva, ao menos permanente. E o próprio Eduardo Lourenço não deixará de ser contaminado por tal obsessão.

O interesse de Eduardo Lourenço pela cultura espanhola e pela relação que nós, portugueses, mantemos ou não mantemos com ela, não é propriamente recente. Logo no primeiro volume de *Heterodoxia*, publicado em 1949, em capítulo chamado «Europa ou o Diálogo que nos falta», disse se dá conta. Se não, vejamos:

Consciente duma hispanidade irredutível, mas valiosa, Unamuno recusou-se à tentativa de Ortega y Gasset de aproximar a Espanha da Europa.

Mas Unamuno tinha uma justificação: além da tentativa de Ortega ser unilateral, pois dava nítido predomínio à cultura alemã, o mundo hispânico tem uma autonomia cultural dificilmente imaginável para nós. Aquilo que lhe possa faltar em generalidade, adquiriu-o em profundidade. É compreensível a recusa de Unamuno em trocar Cervantes por Rabelais, Santa Teresa por Beatrijs van Nazareth ou San Juan de la Cruz por Ruysbroek, como é defensável colocar lado a lado, Grecco e Rembrandt ou Menéndez e Pelayo e Karl Vossler. Encarnações do universal, é possível a todo o adolescente espanhol ascender através da sua meditação e aprofundamento até às raízes mesmas da cultura do ocidente e travar com eles o diálogo necessário à progressão do espírito.

Sem equívoco possível e com dura tristeza, perguntamos àqueles de entre nós que têm a lucidez amarga de se conhecer: é este o caso português? (Lourenço, 2011: 41)

Permito-me sublinhar neste trecho a ideia segundo a qual *o mundo hispânico tem uma autonomia cultural dificilmente imaginável para nós*. Essa cultura de que se fala e que, ao contrário de Espanha, nos faltaria, tem a ver com o que se costuma *alta cultura*, ou seja, «um movimento religioso profundo, uma arte com grandeza, uma filosofia coerente» (Lourenço, 2011: 39). Eduardo Lourenço admite já aqui como excepção a poesia, a única manifestação cultural que escapa à nossa *dura tristeza*. Em contrapartida, o mundo cultural hispânico – do qual Portugal parece aqui não fazer parte – reveste-se de uma profundidade que não é propriamente desfavorável face ao que se passa no resto da Europa, o que, de certa maneira, torna legítima a posição de Unamuno.

Este texto de Eduardo Lourenço apresenta uma tese principal que será revista em ensaios posteriores. De facto, a matriz da argumentação aqui (em 1949, repita-se) exposta encontra-se no célebre texto de Antero de Quental sobre a decadência dos povos peninsulares. A originalidade de Eduardo Lourenço, por assim dizer, é sublinhar que essa queda seria exclusiva da cultura portuguesa pois, como vimos, a cultura hispânica teria uma valia indiscutível. Por seu turno,

O mundo da cultura portuguesa arrasta há quatro séculos uma existência crepuscular. Passando à margem dos três decisivos acontecimentos espirituais da idade moderna – a cisão religiosa das reformas, a criação da físico-matemática e a filosofia cartesiana –, a nossa cultura dos séculos XV e XVI perdeu o que tinha de vivo e prometedor, para conservar apenas o comentarismo ruminante e estéril, do qual aliás jamais se libertara completamente, mesmo nas suas horas mais felizes. (Lourenço, 2011: 37)

Ora, neste ponto preciso parece-me haver uma contradição. É que também a cultura hispânica teria passado à margem dos tais três acontecimentos decisivos do espírito moderno. E tal não obstará que a cultura hispânica se revelasse, como o próprio Eduardo Lourenço o reconhece, com uma força e uma singularidade indimentáveis. Ou seja, sob este exacto ponto de vista, não deveria haver à partida uma diferença tão notória entre as duas culturas. Esta diferença entre *as duas culturas* será como que esbatida num outro ensaio de Eduardo Lourenço, intitulado «Nós e a Filosofia. Ensaio de Genealogia de um Mito», texto de uma conferência realizada em Lisboa em 1985 e que virá a integrar o volume *Heterodoxias das suas Obras Completas*. O *Nós* a que o título do ensaio alude corresponde aos portugueses, mas o autor é também taxativo quando diz: «desde já aviso que as minhas considerações são considerações na ordem da cultura peninsular, em geral, não apenas na portuguesa; porque o mesmo problema que surge em nós se põe exactamente na vizinha Espanha» (Lourenço, 2011: 392).

O contraste com o ensaio de 1949 é flagrante. Desde logo, porque a relação que temos com a filosofia é agora vista como não incompatível face àquela que os

espanhóis têm. E quer num caso, quer no outro trata-se de desmontar a ideia, tantas vezes repetida, da nossa incapacidade para a reflexão filosófica ou, se quisermos usar os termos de Eduardo Lourenço, «da nossa subalteridade *pensante*» (Lourenço, 2011: 392). Como proceder a tal desmontagem? Antes de mais, analisando o equívoco que consiste em identificar a filosofia com a sua versão moderna ou de raiz cartesiana, entendendo por esta «um questionamento radical acerca do real, de intenção e vocação estritamente *humanas*» (Lourenço, 2011: 394). De facto, «a nada parece ter sido mais impermeável a pouco ou muito brilhante reflexão peninsular que ao *racionalismo* moderno na sua forma especificamente *idealista* inaugurada por Descartes» (Lourenço, 2011: 394).

Contudo, por tal suceder, não é lícito extrair a conclusão de haver na Península uma qualquer carência filosófica. Muito pelo contrário. A tese de Eduardo Lourenço é a de que nós temos *filosofia a mais*. Esta ideia de que, em Portugal e Espanha, existe *filosofia a mais* parece-me ser rica em consequências e, de algum modo, ajuda explicar – mesmo que procedendo a uma interpretação radicalmente distinta – o movimento que Antero (e mais tarde António Sérgio) designa por decadência dos povos peninsulares. Segundo Eduardo Lourenço, neste escrito de 1985,

tudo se passaria como se Séneca, o primeiro ibérico *pensante* tivesse desenhado para sempre o perfil do pensador hispânico, de um *pensamento para a vida*, de um pensamento *vital* ou *vitalista* e não de uma vida para o pensamento, imaginariamente autónomo. Como se a atitude filosófica que nos seria própria não pudesse ser modulada em termos de *puro intelectualismo*, mas apenas como modulação de pensar e sentir, sentir pensando e pensando sentir (Lourenço, 2011: 402).

Ou seja, Eduardo Lourenço visa ultrapassar o diagnóstico anterior e serigista (que, de resto, ainda estava patente no texto do próprio Eduardo Lourenço de 1949), chamando a atenção para o facto de que se não deve confundir a filosofia com a sua versão moderna que concebeu um pensamento imaginariamente autónomo, desligando-o da sua raiz vital. Se na Península, por razões que não são apenas intrinsecamente filosóficas (mas Eduardo Lourenço parece desconfiar – e quanto mim, bem – que haja qualquer coisa que seja, por assim dizer, puramente

filosófica), a chamada filosofia moderna não vingou, tal não se deve a uma suposta e atávica incapacidade pensante dos peninsulares, mas a um conjunto de factores que excede em muito as famosas causas da decadência apresentadas por Antero. Fica assim posta de lado a tese de 1949 do próprio Eduardo Lourenço, segundo a qual «a nossa cultura dos séculos XV e XVI perdeu o que tinha de vivo e prometedor, para conservar apenas o comentarismo ruminante e estéril». Mas fica sobretudo assinalada a ideia de que, no que diz respeito ao trabalho filosófico, há um elemento partilhado entre as culturas espanhola e portuguesa: aquilo a que Eduardo Lourenço chama *pensamento vitalista* e cuja fonte ele encontra em Séneca, mas onde ressoa naturalmente a filosofia de Ortega.

V

Quais são, então, as principais diferenças que, segundo Eduardo Lourenço, existem entre os dois países ibéricos? Numa conferência proferida em Genebra em 1987, o nosso ensaísta começa por distinguir Espanha e Portugal, dizendo que, ao contrário dos nossos vizinhos, nós, portugueses, não fomos nunca uma potência europeia. Ou, dito de outro modo, nunca interviemos directamente nas relações (políticas, religiosas, económicas, culturais) europeias como sucedeu com a Espanha. Confinados no extremo sudoeste da Europa, os portugueses quase sempre se viram – e quase sempre foram vistos (nas raras ocasiões em que tal sucedeu) – como insignificantes à escala europeia. Por isso, a nossa aventura imperial realizou-se *sem pedir licença* à Europa, tanto mais que esta estava distraída com as suas guerras internas. A começar pela própria Espanha que, no momento em que Portugal inicia a sua aventura ultramarina, ainda não tinha *expulsado* os mouros da península. Só isto basta para perceber como os dois impérios com sede na Ibéria têm características tão díspares. Nas palavras ditas em francês por Eduardo Lourenço e que aqui traduzo:

O império espanhol é um prolongamento da grandeza espanhola, mesmo que lhe confira um suplemento simbólico de universalidade. O nosso é um acrescente e

uma verdadeira compensação à nossa fraqueza europeia. As riquezas da Índia, mais tarde as do Brasil, esconderão ao longo de muito tempo a nossa pobreza e pequenez originais. Ao mesmo tempo, a nossa dimensão extra-europeia permite-nos aceder a um papel e de ter um lugar entre as grandes nações europeias. A esse título, o século-lo que vê os Portugueses se repartir pelos dois lados do Atlântico e açambarcar o comércio das especiarias, é o nosso século *mais europeu* (Lourenço, 1994: 43).

Parece-me especialmente produtivo este ponto só na aparência paradoxal. É quando se afasta da Europa (mesmo se esse afastamento é relativo para quem nunca antes tinha sido propriamente protagonista europeu) que Portugal se afirma fugazmente como potência europeia, chegando como chega primeiro que todos os outros – desde logo, a Espanha – às costas africanas, à Índia e até ao Brasil. Pouco importa neste momento investigar acerca do modo como aproveitámos (ou melhor, desaproveitámos) as rotas de um comércio quase planetário. Provavelmente não teria sido possível fazer as coisas de outra maneira. A nossa pequenez e pobreza originais decerto a tal obrigariam.

VI

Num texto bastante curioso, porque extremamente revelador a vários níveis, e no qual discorre sobre o «cordão umbilical que liga Oliveira Martins ao autor da *Mensagem*» (Lourenço, 1995: 115), Eduardo Lourenço chama a atenção para a força dos mitos na configuração das culturas nacionais e designadamente da nossa. Não é episódio único na obra de Eduardo Lourenço, mas parece-me uma ocasião assaz esclarecedora para atingir os objectivos que tenho em vista. Se não, vejamos.

Como Michelet, Oliveira Martins na sua famosa *História de Portugal* fizera de Portugal uma pessoa e conferira ao seu destino histórico um perfil mítico e dramático. Depois de uma infância e de uma adolescência heróicas, culminando na aventura das Descobertas, Portugal esgotado na sua virtualidade ou na sua força própria su-

cumbe na aventura africana de Alcácer Quibir. Desta existência nacional, *Os Lusíadas* são, ao mesmo tempo, a expressão épica e o epitáfio (Lourenço, 1995: 116).

Não por acaso o outro pólo deste ensaio de Eduardo Lourenço é Fernando Pessoa, cuja importância no pensamento do ensaísta nunca é demais sublinhar. Aqui trata-se sobretudo de ver como em *Mensagem* ressoa, de uma forma por vezes explícita, por vezes subterrânea, a presença de Oliveira Martins. Para Eduardo Lourenço,

Tudo tem sempre um duplo registo em Oliveira Martins: o do facto (o que os seus denegridores esquecem) e o do «símbolo». Descrevendo a partida memorável para Tânger, episódio dramático do novo Portugal expansionista, Oliveira Martins escreve: «Partiram, afinal, os dois irmãos [D. Henrique e D. Pedro]; mas logo um mau agouro entristeceu os soldados; o vento despedaçou a bandeira do infante quando a desfraldava. Essa bandeira, sobre que o mouro havia de cuspir afrontas, ia já rota de Portugal». Toda a sua narrativa está pontuada destes apelos ou referências destinadas a conferir um sentido outro e a compreender sob a forma de «destino» o que parece mera sucessão contingente de sucessos (Lourenço, 1995: 117).

Mensagem, por seu turno, não pretende passar por aquilo que não é e por isso não surpreende que nela exista uma «supremacia ontológica do mito sobre a realidade» (Lourenço, 1995: 118). Ora, tal supremacia vai radicá-la Eduardo Lourenço na *leitura* que Pessoa faz de Oliveira Martins e que serve de propulsor da visão que de Portugal (e também de Espanha) faz o poeta. Numa síntese que engloba os dois autores, Eduardo Lourenço conclui:

O idealismo peninsular que levou espanhóis e portugueses a inventar um mundo era delirante e teve funestas consequências, explica Oliveira Martins numa «versão das causas da decadência peninsular» visivelmente diversa da tão célebre do seu amigo Antero; mas como dirá Pessoa «valeu a pena». A nossa decadência foi o preço de um esforço incomum, o reverso dos que encarnaram uma ardente ideia (Lourenço, 1995: 121).

Referências

- COSTA, João Bénard da (1978). «Notas à Margem», *Raiz e Utopia*, 5-6: 20-22.
LOURENÇO, Eduardo (1982). *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*. 2ª ed., Lisboa, D. Quixote.
— (1994). *Nós e a Europa ou as duas razões*. 4ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
— (1995). «Oliveira Martins e Pessoa», *Revista da Biblioteca Nacional*. S.2, 10: 115-122.
— (1999). *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva.
— (2011). *Heterodoxias, Obras Completas*, vol. I. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.